

Saída para dívida *ext.*

Dentre todos os problemas econômicos da Nova República, a dívida externa é sem dúvida o mais frustrador e poderá causar um descompasso político na polémica entre as alternativas de **renegociação técnica** e de **moratória**, que, infelizmente, não oferecem perspectivas aceitáveis para a sociedade. A continuação das renegociações técnicas permitiria, no máximo, uma pequena queda nas taxas de «spread», e um rescalonamento das amortizações a mais largo prazo, mantendo portanto, a perspectiva do atual «sufoco» por mais uma ou duas décadas. A moratória, por outro lado, ofereceria a perspectiva de solução instantânea para o problema, se não fosse o alto risco de retaliações por parte da comunidade financeira internacional, de consequências imprevisíveis.

Uma negociação econômica é mais uma arte do que um exercício técnico. Dada as limitações das negociações técnicas, torna-se imprescindível uma mudança radical nas regras do jogo. O segredo para o Brasil, seria combinar dois problemas: serviço da dívida e exportações, de tal forma que a solução conjunta seja mais favorável que a solução individual de cada um.

Como a dívida externa brasileira é expressa em dólares (ou outras moedas equivalentes) e deve ser paga em dólares, o governo brasileiro deve condicionar os pagamentos à nossa capacidade de gerar dólares dentro dos parâmetros bancários usuais dos países industrializados.

Os bancos geralmente estabelecem como regra básica para empréstimos, que as prestações não devem ser superior a 1/4 dos rendimentos do cliente. Seguindo esta orientação, o governo brasileiro deveria estabelecer que, 25% da receita de exportação para cada país, seria alocada para o serviço da dívida para com aquele país. Porém, de todo **aumento real** das exportações, para cada país, a partir de um ano base, 50% seriam adicionalmente alocados para o serviço da dívida.

Os juros e amortizações, devidos cada ano, que não pudessem ser pagos em virtude de receitas de exportações deficientes, seriam automaticamente refinanciados por 10 anos, pelas instituições credoras, porém às taxas de juros concessionárias atualmente cobradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sem «spread» adicional ou outras exigências.

Logicamente, esta regra só seria válida para os empréstimos devidos a instituições bilaterais oficiais e a bancos comerciais (US\$ 76 bilhões em 31.12.84).

A principal consequência imediata desta alternativa seria uma drástica redução em nossos pagamentos da dívida externa. Vejamos: para uma dívida total aos bancos comerciais estrangeiros e instituições oficiais bilaterais de US\$ 76 bilhões, mesmo com a recente queda na «prime rate» do mercado americano, os juros anuais devidos sobre este montante, podem ser estimados em cerca de US\$ 8 bilhões. Como não são disponíveis as estatísticas discriminadas da origem nacional dos créditos bancários, assumimos que eles são devidos aos países industrializados (USA, Japão, Canadá, EEC, Suíça, Noruega, Austria, Espanha) e alguns membros da Opep (Arábia Saudita e Kuwait). As exportações brasileiras para a totalidade destes países, em 1984, somaram US\$ 15,4 bilhões. Adotando o limite máximo de 25% da receita de exportação para este conjunto de países, teríamos um pagamento máximo de US\$ 3,9 bilhões, ou seja menos da metade da quantia a ser paga dentro das condições atuais.

A segunda consequência, uma vez assentada a poeira das recriminações, acusações e ameaças ao governo brasileiro, seria a transformação da comunidade financeira internacional em nosso melhor e mais ativo promotor de exportações. Conseguiríamos um poderoso aliado, para neutralizar a constante frustração que enfrentamos com medidas discriminatórias contra as nossas exportações.

Finalmente, a grande consequência da iniciativa brasileira seria uma eventual renegociação política global das dívidas dos países em desenvolvimento, porque o exemplo do Brasil seria inevitavelmente seguido por outros países, criando uma situação de crise para os bancos comerciais estrangeiros, e portanto forçando os governos dos países industrializados a entrarem no circuito, à procura de uma solução para seus «pobres» banqueiros.